VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Relatório da Mesa Administrativa

2022

Assembleia Geral de 29/03/2023

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2022

PREZADOS IRMÃOS

No cumprimento das disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exªs o Relatório, Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2022.

1. Provedoria

1.1 Preâmbulo

Resolvidas definitivamente, com a assinatura do novo contrato com a Involvepeople, assinado em 2021, as dificuldades em se poder relançar o futuro da Irmandade, designadamente quanto à incerteza dos espaços de utilização exclusiva e comum pelas duas entidades, é agora possível dar inicio ao processo de relançamento da atividade da Irmandade, designadamente com as obras de recuperação do edifício sede, do museu e da igreja, que se iniciarão em 2023.

O Exercício de 2022 constituiu um marco indelével na história da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, porque, após o cumprimento antecipado do PER e o pagamento de todo o passivo e a assinatura de um novo contrato com a Involvepeople em condições muito mais favoráveis para a Irmandade, estão agora criadas as condições para relançar o futuro da Instituição e cumprimento da sua missão, designadamente implementar os projetos de recuperação do edifício sede e da igreja e torre sineira e cumprir os seus objetivos no domínio da ação social e comunitária, da saúde o desenvolvimento de objetivos do âmbito da cultura, formação cívica e da educação.

No âmbito do novo contrato, foi possível melhorar substancialmente as condições financeiras relativamente ao contrato anterior e recuperar para a Irmandade áreas essenciais para o desenvolvimento dos seus projetos de desenvolvimento, designadamente todo o piso – 1, que contém o claustro e área reservada ao museu, o refeitório social e o edifício 36 - 36A da Rua Cimo de Vila, onde se pretende, no âmbito do projeto de recuperação da igreja, construir seis estúdios destinados a aluguer em condições favoráveis a pessoas necessitadas ou a estudantes, dada a existência de uma universidade nas proximidades. Também no âmbito do novo contrato, será recuperado o edifício 24 da Rua Cimo de Vila, a concluir até final de 2024.

1.2 Manutenção do Registo como IPSS e Revisão dos Estatutos da Irmandade

No âmbito das suas inspeções regulares, o Centro Distrital do Porto da Segurança Social solicitou à Irmandade em março de 2022 que fosse apresentado o seu Plano de Ação, com vista a poder avaliar a manutenção do registo de instituição como IPSS. Atempadamente a Irmandade apresentou o seu Plano de Ação para 2020/2023, que corresponde ao atual mandado dos órgãos sociais e o Plano para 2024/2027, que corresponderá ao terceiro e último mandato do atual Provedor, se for eleito nos termos dos Estatutos. O Plano de Ação apresentado foi aprovado pela Direção-Geral da Segurança Social, de que resultou na manutenção do registo como IPSS.

No âmbito da referida inspeção, a Direção-Geral da Segurança Social entendeu que os Estatutos da Irmandade não estão totalmente conformes ao disposto no Estatuto das Instituições de Solidariedade Social, previsto no Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro, pelo que manda proceder a um conjunto de aperfeiçoamentos, os quais foram aprovados pela Mesa Administrativa e serão submetidos a aprovação da próxima Assembleia Geral, a realizar em 29 março de 2023. Uma vez aprovados pela Assembleia Geral, serão oportunamente submetidos a aprovação da Diocese do Porto.

1.3 Atividades Desenvolvidas em 2022

Em 2022 foi aprovado, pela Câmara Municipal do Porto, o projeto de recuperação de todo o edifício sede da Irmandade, com a constituição do museu no claustro. O projeto de recuperação da igreja, torre sineira e edifício 36 – 36A da Rua Cimo de Vila encontra-se em aprovação na Câmara do Porto, esperando-se que seja aprovado durante o ano de 2023. O projeto de recuperação do edifício sede foi já adjudicado, prevendo-se que as obras se iniciem em abril de 2023.

Em 2022 foram vendidos dois andares do edifício herdado em Lisboa na Rua General Leman, permanecendo propriedade da Irmandade os outros dois andares do mesmo edifício, os quais se encontram arrendados. Também em 2022 oram executadas obras de melhoria das condições do Refeitório Social, com vista a criar melhores condições de funcionalidade e higiene aos utentes.

Também em 2022, com vista a assegurar as necessárias condições de equilíbrio financeiro da Instituição e dada a dimensão do projeto, foi contratado com o Banco Santander Portugal, S. A. um financiamento a longo prazo de €700.000 a taxa fixa, não se prevendo, contudo, que venha a ser utilizado na sua totalidade.

2. Atividade Operacional

2.1. Hospital

A atividade hospitalar tem vindo a ser desenvolvida com normalidade pela Involvepeople, no âmbito do contrato celebrado com aquela Entidade. Todas as rendas têm sido pagas pontualmente nos termos do contrato assinado em 2021.

2.2. Família e Comunidade

Por força do contrato celebrado com a Involvepeople, o acompanhamento dos utentes adstritos a esta valência é da responsabilidade daquela entidade, não deixando os Órgãos Sociais de acompanhar o cumprimento do estabelecido naquele contrato, designadamente assegurando condições aos irmãos que pretendam beneficiar dos serviços. Também é dado apoio moral e religioso aos utentes do hospital que dele pretendam beneficiar.

2.3. Igreja

Durante o ano de 2022 foi assegurado o culto bem como a assistência religiosa semanal e sempre que os utentes pretendam beneficiar, tendo-se também realizado as comemorações festivas, com destaque para:

- Quinta-Feira Santa com as habituais cerimónias
- Festa da Padroeira
- Fiéis Defuntos com responsos no cemitério privativo do Prado do Repouso
- Solenidade da Imaculada Conceição com Missa da parte da manhã e Exposição e Bênção do Santíssimo Sacramento, recitação do Terço e Consagração à Imaculada Conceição.

2.4. Cemitério

Durante o exercício foram notados os seguintes dados relativamente ao cemitério: Inumações 20; exumações 3; trasladações 9; conservações 8; averbamentos 6, taxas sobre obras em Jazigos concessionados 3, que se traduziram numa receita para a Irmandade de € 4.204,53. Neste exercício não se verificaram receitas extraordinárias resultantes da venda de jazigos ou sepulturas.

Também em 2022 foram realizadas obras de recuperação da capela, que se encontrava bastante degradada.

3. Situação Económico-Financeira

3.1. Situação Patrimonial

A evolução da situação patrimonial da Irmandade pode traduzir-se do seguinte modo:

Rubricas	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Ativo	2 294 527	1 930 663	1 558 217	1 452 787	1 498 550	1 588 957	1 588 957
Passivo Corrente	15 604	30 233	27 655	33 689	137 980	289 914	408 160
Fundos Patrimoniais	2 278 923	1 900 430	1 530 562	1 419 098	1 360 570	1 299 043	1 275 952

3.2. Resultados do Exercício

A evolução dos resultados foi a seguinte nos últimos anos:

Rubricas	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Resultados Operacionais	530 561	67 510	111 463	58 528	61 525	55 091	339 848
Resultados Financeiros	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Líquido Exercício	530 561	67 510	111 463	58 528	61 525	55 091	339 848
Cash Flow	573 497	112 727	151 063	98 429			

Em 2022, ao contrário de 2021, 2020 e 2019, registaram-se mais-valias resultantes da venda dos dois andares em Lisboa, no montante de € 525.560 e não se verificaram receitas extraordinárias resultantes da venda de jazigos ou sepulturas.

O aumento do Resultado Líquido do Exercício deve-se em grande parte às mais-valias resultantes da venda dos dois andares do prédio de Lisboa e ao aumento das rendas do contrato com a Involvepeople.

Para o Resultado Líquido do Exercício contribuiu também o aumento das despesas correntes, resultante da conclusão dos projetos de investimento, cujos pagamentos de honorários mais significativos ocorreram durante o exercício de 2022.

4. Perspetivas para o Futuro

A sustentabilidade da Irmandade está assegurada, na medida em que as suas receitas correntes mensais excedem largamente as despesas correntes mensais, mesmo com os gastos financeiros provenientes do financiamento bancário outorgado em 2022, mas ainda não utilizado.

Para 2023 as prioridades são as seguintes:

1. Dar início às obras referentes ao projeto de recuperação do edifício sede, o qual terá que estar concluído no prazo de 18 meses.
2. Recuperar o cemitério e fazer o inventário dos jazigos, publicar editais e procurar vender alguns dos que estiverem ou fiquem devolutos.
3. Angariação de novos irmãos.
4. Aumentar a acção social dentro das possibilidades financeiras da Irmandade, no âmbito da sua missão de ação social.
5. Celebrar protocolos com entidades que possam criar sinergias com a Irmandade e potenciar a sua ação social junto da comunidade, designadamente com a junta de freguesia da área e instituições congéneres.

5. Aplicação dos Resultados

Para os Resultados Líquidos do Período, positivos de € 530.560,72, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral a transferência para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 7 de março de 2023

A Mesa Administrativa,

Doutor Manuel Ramos Maçães (Provedor)

Eng.º Augusto Bianchi de Aguiar (Vice-Provedor)

Dr.ª Arlinda Pinto Ribeiro (Secretária)

Dr. António Manuel da Costa Bastos (Tesoureiro)

Manuel Silva da Fonseca (Vogal)

INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL PORTO	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	ANO DE 2022

DENOMINAÇÃO: VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

MORADA: Travessa Cimo de Vila, 19

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Sé

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4250-327

(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: 07/03/2023

ASSINATURAS:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

29/3/2023

ASSINATURA DO PRESIDENTE

VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 500846669
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 412 323,69	1 605 046,38
Investimentos financeiros	8.1	9 641,50	9 518,02
		1 421 965,19	1 614 564,40
Ativo corrente			
Créditos a receber	8.2	3 629,67	15 808,06
Diferimentos	8.3	3 562,34	3 329,42
Caixa e depósitos bancários	8.4	865 370,16	296 961,36
		872 562,17	316 098,84
Total do ativo		2 294 527,36	1 930 663,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8.5	617 137,70	617 137,70
Resultados transitados	8.5	-851 587,40	-919 097,20
Excedentes de revalorização	8.5	1 832 521,03	1 832 521,03
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	8.5	150 291,05	302 358,35
		1 748 362,38	1 832 919,88
Resultado líquido do período		530 560,72	67 509,80
Total dos fundos patrimoniais		2 278 923,10	1 900 429,68
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	8.6	484,00	14 253,31
Estado e outros entes públicos	8.7	1 476,82	1 410,28
Outros passivos correntes	8.8	13 643,44	14 569,97
		15 604,26	30 233,56
Total do passivo		15 604,26	30 233,56
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 294 527,36	1 930 663,24

A Direção

O Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE **Contribuinte:** 500846669

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 **Moeda:** euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	5	1 525,00	2 700,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8.9	17 336,46	1 087,30
Fornecimentos e serviços externos	8.10	-101 902,75	-47 803,09
Gastos com o pessoal	6	-58 940,04	-56 858,94
Outros rendimentos	8.11	737 092,55	219 728,80
Outros gastos	8.12	-21 614,11	-6 126,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**573 497,11**	**112 727,19**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-42 936,39	-45 217,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**530 560,72**	**67 509,80**
Resultados antes de impostos		**530 560,72**	**67 509,80**
Resultado líquido do período		**530 560,72**	**67 509,80**

A Direção

O Contabilista Certificado

VENERÁVEL IRMANDADE Nª SENHORA TERÇO E CARIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 525,00	2 700,00
Pagamentos a fornecedores		-51 188,43	-39 242,44
Pagamentos ao pessoal		-38 379,65	-35 235,97
Caixa gerada pelas operações		-88 043,08	-71 778,41
Outros recebimentos/pagamentos		95 637,49	189 979,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		7 594,41	118 201,27
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		560 000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		12,50	70,39
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		560 012,50	70,39
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		801,89	1 037,30
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		801,89	1 037,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		568 408,80	119 308,96
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		296 961,36	177 652,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.4	865 370,16	296 961,36

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Entidade: VENERÁVEL IRMANDADE Nª SENHORA TERÇO e CARIDADE **Contribuinte: 500846669**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Funcionamento Geral	PERÍODOS 2022	PERÍODOS 2021
Vendas e serviços prestados	5	1 525,00	1 525,00	2 700,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-58 940,04	-58 940,04	-56 858,94
Resultado Bruto		**-57 415,04**	**-57 415,04**	**-54 158,94**
Outros Rendimentos		754 429,01	754 429,01	220 816,10
Gastos administrativos		-144 839,14	-144 839,14	-93 020,48
Outros Gastos	8.12	-21 614,11	-21 614,11	-6 126,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		530 560,72	530 560,72	67 509,80
Resultado antes de impostos		**530 560,72**	**530 560,72**	**67 509,80**
Resultado líquido do período		**530 560,72**	**530 560,72**	**67 509,80**

A Direção

O Contabilista Certificado

VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Anexo

Demonstrações Financeiras

2022

Índice

1 Identificação da Entidade 3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 3
3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros ... 4
3.1 Bases de Apresentação 4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 6
4 Ativos Fixos Tangíveis 10
5 Rédito 10
6 Benefícios dos empregados 11
7 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 11
8 Outras Informações 11
8.1 Investimentos Financeiros 11
8.2 Créditos a Receber 11
8.3 Diferimentos 12
8.4 Caixa e Depósitos Bancários 12
8.5 Fundos Patrimoniais 12
8.6 Fornecedores 12
8.7 Estado e Outros Entes Públicos 12
8.8 Outros Passivos Correntes 13
8.9 Subsídios, doações e legados à exploração 13
8.10 Fornecimentos e serviços externos 13
8.11 Outros rendimentos 13
8.12 Outros gastos 14
8.13 Resultados Financeiros 14
8.14 Acontecimentos após data de Balanço 14

© F3M – Information Systems, SA

1 Identificação da Entidade

A "VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, no livro 2 das Associações de Solidariedade Social, a folhas 176 e verso, sob o n.º 56/85, em 14/08/1985, com sede na Travessa Cimo de Vila, 19 na cidade do Porto.

A Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da solidariedade e caridade cristãs, da cultura, educação e a integração comunitária e social – na perspetiva dos valores do Evangelho – de todos os habitantes da comunidade onde está situada, especialmente dos mais pobres.

São ainda fins principais específicos da Irmandade:

a) De acordo com as suas possibilidades, diretamente ou através de serviços a baixo custo ou gratuitos, conceder auxílios financeiros aos mais necessitados, irmãos e habitantes da comunidade onde está situada.

b) Gerir, direta ou indiretamente, o Hospital do Terço e instituições anexas em ordem a, de acordo com as suas possibilidades, dar proteção aos irmãos necessitados na eventualidade da doença, podendo estender essa assistência a não irmãos, nas condições que definir em regulamentação interna.

c) De acordo com as suas possibilidades, proteger os irmãos idosos ou inválidos, criando-lhes condições de acesso a uma estadia permanente.

d) Dar integral cumprimento às disposições testamentárias dos seus benfeitores.

e) Promover o culto religioso no seu templo privativo, de harmonia com a liturgia da Igreja Católica.

f) Realizar as festividades à sua Padroeira, Nossa Senhora do Terço e Caridade e à Imaculada Conceição.

g) Mandar celebrar no seu templo todos os domingos e dias de preceito da Igreja, uma missa por intenção de todos os irmãos vivos e defuntos e ainda pelos doentes internados no Hospital do Terço.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo

© F3M – Information Systems, SA

(NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259 /2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não

© F3M – Information Systems, SA

Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

© F3M – Information Systems, SA

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

© F3M – Information Systems, SA

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

a) A retribuição total paga ou recebida;

b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

© F3M – Information Systems, SA

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio;
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se

© F3M – Information Systems, SA

encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

© F3M – Information Systems, SA

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2020	Adições	Alienações	Transferência	31-12-2021
Terrenos	75.589,58		38.016,82		37.572,76
Edifícios e outras construções	9.033.480,69		114.050,48		8.919.430,21
Equipamento Básico	990.761,63				990.761,63
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	283.514,91				283.514,91
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Ativo Tangível Bruto	**10.384.905,86**	**0,00**	**-152.067,30**	**0,00**	**10.232.838,56**
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	7.504.023,89	42.936,39	2.281,00		7.544.679,28
Equipamento Básico	990.761,63				990.761,63
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	283.514,91				283.514,91
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Depreciações Acumuladas	**8.779.859,48**	**42.936,39**	**2.281,00**		**8.820.514,87**
Ativo Tangível Líquido	1.605.046,38	-42.936,39	-149.786,30	0,00	1.412.323,69

5 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	**1.525,00**	2.700,00
Quotas e joias	1.525,00	2.700,00
Outros Réditos	**13,62**	74,64
Juros e rendimentos aplicações financeiras	13,62	74,64
Total	**1.538,62**	**2.774,64**

© F3M – Information Systems, SA

6 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de "7".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 e 2021 foi de "3".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	48.253,26	46.521,20
Encargos sobre as Remunerações	10.153,80	9.817,45
Seguros de Acidentes no Trabalho	532,98	520,29
Total	**58.940,04**	**56.858,94**

7 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

8 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

8.1 Investimentos Financeiros

No período de 2022 e 2021 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos Financeiros		
Investimentos noutras empresas	8.684,30	8.682,98
Títulos de divida pública	569,81	569,81
Fundos Compensação trabalho	387,39	265,23
Total	**9.641,50**	**9.518,02**

8.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	3.629,67	15.808,06
Total	**3.629,67**	**15.808,06**

© F3M – Information Systems, SA

8.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.562,34	3.329,42
Total	**3.562,34**	**3.329,42**

8.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	3.481,94	2.283,30
Depósitos à ordem	161.888,22	44.678,06
Aplicações tesouraria	700.000,00	250.000,00
Total	**865.370,16**	**296.961,36**

8.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	617.137,70	0,00	0,00	617.137,70
Resultados transitados	-919.097,20	67.509,80	0,00	-851.587,40
Reavaliação Ativos Fixos Tangíveis (edifícios)	1.832.521,03	0,00	0,00	1.832.521,03
Doações	302.358,35	0,00	152.067,30	150.291,05
Total	**1.832.919,88**	**67.509,80**	**152.067,30**	**1.748.362,38**

8.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	484,00	14.253,31
Total	**484,00**	**14.253,31**

8.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	406,22	353,00
Segurança Social	1.070,60	1.057,28
Total	**1.476,82**	**1.410,28**

© F3M – Information Systems, SA

8.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		8.995,33		8.564,40
Outros credores (rendas)		4.648,11		5.270,11
Pessoal		0,00		735,46
Total	**0,00**	**13.643,44**	**0,00**	**14.569,97**

8.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Doações e heranças – Donativos	17.336,46	1.087,30
Total	**17.336,46**	**1.087,30**

8.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	84.168,89	31.635,52
Materiais	969,43	729,51
Energia e fluidos	1.125,71	1.460,46
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	15.638,72	13.977,60
Total	**101.902,75**	**47.803,09**

8.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos	**737.078,73**	**219.654,16**
Rendimentos Suplementares	4.589,92	3.339,86
Alienações – Investimentos não financeiros	562.281,00	0,00
Rendimentos em propriedades investimento	165.551,26	184.286,67
Correções relativas exercícios anteriores	2.327,55	0,00
Outros rendimentos	2.329,00	32.027,63
Juros e rendimentos similares	**13,82**	**74,64**
Juros obtidos	13,82	74,64
Total	**737.092,55**	**219.728,80**

© F3M – Information Systems, SA

8.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	2.116,50	2.119,63
Correções exercícios anteriores	2.250,04	3.600,00
Donativos	575,00	311,25
Quotizações	96,00	96,00
Outros Gastos	42,00	0,00
Apoios financeiros a famílias carenciadas	16.534,57	0,00
Total	**21.614,11**	**6.126,88**

8.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	13,82	74,64
Total	**13,82**	**74,64**
Resultados Financeiros	**13,82**	**74,64**

8.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção

© F3M – Information Systems, SA

VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Parecer do Definitório

2022

PARECER DO DEFINITÓRIO DA VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

"PARECER DO DEFINITÓRIO"

- Nos termos da alínea b) do Artigo 40º dos Estatutos da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, o Definitório vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de 2022, apresentados pela Mesa Administrativa.

A. Parecer

Atendendo a que o Relatório da Mesa Administrativa expressa uma continuada evolução positiva nos elementos contabilísticos e patrimoniais, da Irmandade, o Definitório é de parecer que o Relatório e Contas apresentados pela Mesa Administrativa traduzem adequada e apropriadamente, em todos os aspetos relevantes, a situação financeira da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade em 31 de Dezembro de 2022.

Assim sendo, propõe o Definitório à Assembleia Geral que os mesmos sejam aprovados.

O Definitório expressa o seu apreço à Mesa Administrativa e aos Serviços pela colaboração manifestada na disponibilidade dos elementos o que muito contribuiu para o desempenho das suas funções.

Porto, 24 de Março de 2023"----------

O Definitório,

Mário Borges Gagliardini Graça – Presidente

Maria Cármen Castro Rocha Vieira Martins – Secretária

Aniceto Vieira Martins - Vogal